

Ventos de São Jorge Holding S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de maio de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D´eça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300, Fax +55 (48) 3205-5301
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Diretores da
Ventos de São Jorge Holding S.A.**
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ventos de São Jorge Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de maio de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de doze meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ventos de São Jorge Holding S.A. em 31 de maio de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de doze meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve a base contábil dessas demonstrações financeiras, elaboradas para auxiliar a Ventos de São Jorge Holding S.A. ("Companhia"), Debenturistas e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES na apuração dos resultados financeiros e das cláusulas restritivas (*Covenants*) em 31 de maio de 2018. Consequentemente, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes

Não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de maio de 2017 e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de doze meses findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, consequentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão

ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 31 de julho de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8



Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Ventos de São Jorge Holding S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de maio de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Ativo			(não auditado)		(não auditado)
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3	2.110	583	15.474
Contas a receber	6	-	-	10.334	14.301
Impostos a recuperar	5	509	481	4.859	2.915
Despesas pagas antecipadamente	7	82	-	7.124	-
Adiantamento fornecedores		-	-	8	185
Outros créditos		-	-	-	2
Total do ativo circulante		594	2.591	22.908	32.877
Não circulante					
Fundos vinculados	4	-	-	52.319	22.912
Investimento	8	268.433	270.543	-	-
Imobilizado	9	-	9	741.206	772.980
Intangível		-	2	3.570	6.598
Total do ativo não circulante		268.433	270.554	797.095	802.490
Total do ativo		269.027	273.145	820.003	835.367

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Passivo			(não auditado)		(não auditado)
Circulante					
Fornecedores		133	16	2.097	891
Contas a pagar partes relacionadas	22	-	-	855	136
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	28.690	25.561
Provisão de ressarcimento	14	-	-	7.285	3.897
Obrigações tributárias	12	-	10	4.315	5.568
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	229	153
Outras contas a pagar		-	-	236	199
Total do passivo circulante		133	26	43.707	36.405
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	491.020	516.702
Debêntures	10	50.534	45.266	50.534	45.266
Provisão para passivo ambiental	13	-	-	3.170	3.168
Provisão de ressarcimento	14	-	-	13.212	5.973
Total do passivo não circulante		50.534	45.266	557.936	571.109
Patrimônio líquido	15				
Capital social		277.359	267.342	277.359	267.342
Prejuízos acumulados		(58.999)	(39.489)	(58.999)	(39.489)
Total do patrimônio líquido		218.360	227.853	218.360	227.853
Total do passivo e patrimônio líquido		269.027	273.145	820.003	835.367

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Jorge Holding S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos de doze meses findos em 31 de Maio de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2018	2017 (não auditado)	2018	2017 (não auditado)
Receita operacional líquida	17	-	119.488	80.773
Custo operacionais	18	-	(56.927)	(34.431)
Lucro bruto		-	62.561	46.342
Despesas gerais e administrativas	19	(176)	(2.792)	(10.022)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(14.085)	-	-
Outras receitas		-	351	-
Resultado antes das despesas (receitas) financeiras líquidas		(14.261)	60.120	36.320
Receitas financeiras	20	61	2.943	2.364
Despesas financeiras	20	(5.310)	(77.831)	(66.012)
Resultado financeiro		(5.249)	(74.888)	(63.648)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(19.510)	(14.768)	(27.328)
Imposto de renda	16	-	(3.117)	(1.357)
Contribuição social	16	-	(1.625)	(809)
Resultado do período		(19.510)	(19.510)	(29.494)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Jorge Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de doze meses findos em 31 de maio de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<u>Capital Social</u>			
	<u>Capital Social</u>	<u>Capital Social a Integralizar</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 01 de maio de 2016 (não auditado)	<u>198.100</u>	<u>(12.770)</u>	<u>(9.995)</u>	<u>175.335</u>
Aumento do Capital Social	69.242	12.770	-	82.012
Resultado do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(29.494)</u>	<u>(29.494)</u>
Saldos em 31 de maio de 2017 (não auditado)	<u>267.342</u>	<u>-</u>	<u>(39.489)</u>	<u>227.853</u>
Aumento do Capital Social	32.658	(22.641)	-	10.017
Resultado do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(19.510)</u>	<u>(19.510)</u>
Saldos em 31 de maio de 2018	<u>300.000</u>	<u>(22.641)</u>	<u>(58.999)</u>	<u>218.360</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Jorge Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos de doze meses findos em 31 de maio de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidada	
	2018	2017	2018	2017
		(não auditado)		(não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos tributos	(19.510)	(29.442)	(14.768)	(27.328)
Juros sobre financiamentos	-	-	50.935	15.998
Juros de debêntures	5.268	266	5.268	266
Resultado de equivalência patrimonial	14.085	28.546	-	-
Custos de captação apropriado ao resultado	-	-	8.886	674
Provisão para passivo ambiental	-	-	2	3.168
Provisão de ressarcimento	-	-	11.136	9.870
Depreciação e amortização	1	-	37.111	25.801
Variação nos ativos e passivos				
(Aumento) redução em impostos a recuperar	(28)	(128)	(1.944)	(1.767)
(Aumento) redução em despesas antecipadas	(82)	-	(7.124)	211
(Aumento) redução em outros créditos	-	-	-	(2)
Aumento (redução) em fornecedores	117	(112)	1.206	(63.723)
Aumento (redução) em outros créditos	-	-	721	136
Aumento (redução) em obrigações sociais e trabalhistas	-	-	76	153
(Aumento) redução em contas a receber	-	-	3.967	(6.556)
(Aumento) redução em adiantamento a fornecedores	-	-	177	15.943
Aumento (redução) em provisão para ressarcimento	-	-	(509)	(157)
Aumento (redução) em outras contas a pagar	-	-	37	(105)
Aumento (redução) em obrigações tributárias	(10)	(45)	(2.141)	3.358
Caixa líquido originado pelas atividades operacionais	(159)	(915)	93.036	(24.060)
Pagamento de IR e CS	-	-	(3.854)	-
Pagamento de encargos financeiros	-	-	(47.256)	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	(159)	(915)	41.926	(24.060)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento				
Aumento de capital em controladas	(11.975)	(128.037)	-	-
Aplicação em fundos vinculados	-	-	(29.407)	(22.912)
Aquisição imobilizado	-	-	(5.337)	(75.020)
Baixa de imobilizado	8	-	-	-
Baixa de intangível	2	-	3.028	3.562
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(11.965)	(128.037)	(31.716)	(94.370)
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento				
Emissão de debêntures	-	45.000	-	45.000
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	-	545.000
Custos de captação de empréstimo	-	-	-	(19.409)
Pagamento de principal de empréstimos	-	-	(35.118)	-
Pagamento de principal de debêntures	-	-	-	(544.226)
Integralização de capital	10.017	82.012	10.017	82.012
Caixa líquido originado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	10.017	127.012	(25.101)	108.377
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(2.107)	(1.940)	(14.891)	(10.053)
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	2.110	4.050	15.474	25.527
No fim do período	3	2.110	583	15.474
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(2.107)	(1.940)	(14.891)	(10.053)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Ventos de São Jorge Holding S.A. “Companhia”, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, situada à Rod. Doutor Mendel Steinbruch, S/N, Km 08, sala 152 - Distrito Industrial foi constituída em 27 de dezembro de 2012, e possui as seguintes controladas:

Controlada	Portaria	Início da operação
Nova Ventos de Parazinho Energias Renováveis S.A.	2589/2016	28/09/2016
Nova Ventos de Tianguá Energias Renováveis S.A.	2590/2016	28/09/2016
Nova Ventos de Tianguá Norte Energias Renováveis S.A.	2591/2016	28/09/2016
Nova Ventos de Morro do Chapéu Energias Renováveis S.A.	2675/2016	06/10/2016
Nova Ventos de Formoso Energias Renováveis S.A.	2694/2016	06/10/2016

A Companhia tem por objeto social participar como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimentos, buscando sempre estimular a atuação destas de forma eticamente responsável, bem como apoiar e monitorar o desempenho das empresas de cujo capital participar, através de : a) mobilização de recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco; b) subscrição ou aquisição de valores mobiliários que forem emitidos para fortalecimento da respectiva posição no mercado de capital; c) atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas.

O Complexo Eólico Tianguá, detido pelas controladas, possui capacidade estimada de 130,1 MW¹ médios.

Capital circulante negativo

Em 31 de maio de 2018, a Companhia apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante consolidado no montante de R\$ 20.799. Conforme estimativas da Administração, esse endividamento será normalmente liquidado com a geração futura de caixa pela Companhia ou, se necessário, por meio de aportes financeiros dos acionistas controladores.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Essas demonstrações financeiras foram elaboradas para fornecer informações necessárias para a apuração dos resultados financeiros e das cláusulas restritivas (*Covenants*) em 31 de maio de 2018, pela Companhia, Debenturistas e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Consequentemente, a demonstração financeira pode não servir para outras finalidades.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de julho de 2018.

¹ As informações não financeiras contidas nestas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas.

2.4 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de maio de 2018 e 2017, incluem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, listadas a seguir:

Controladas	% de participação
Tianguá	100%
Tianguá Norte	100%
Morro do Chapéu	100%
Parazinho	100%
Formoso	100%

2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto as aplicações financeiras e fundos vinculados que estão a valor justo.

3 Principais Práticas Contábeis

a. Base de consolidação

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Empresas investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou um passivo individual.

Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Mudanças a partir de 1º de janeiro de 2018

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Companhia adotou o CPC 48 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e

passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48 seriam reconhecidas nos lucros acumulados, quando aplicável.

- **Classificação - Ativos e passivos financeiros**

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na contabilização dos ativos e passivos financeiros da Companhia entre os períodos aos quais se referem estas demonstrações financeiras. Abaixo, seguem os saldos no momento da adoção inicial ao pronunciamento:

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)		
Caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e depósitos bancários à vista	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	VJR
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Aplicações financeiras vinculadas	Empréstimos e recebíveis	VJR
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)		
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Custo amortizado
Fornecedores	Outros passivos	Custo amortizado

c. Investimentos

Investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Unidade de geração eólica - Pás	15 anos
Unidade de geração eólica - Gerador	20 anos
Unidade de geração eólica - Nacelle	25 anos
Unidade de geração eólica - Torre	30 anos
Benfeitorias	30 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Equipamentos móveis e portáteis de comunicação	16 anos
Comunicação	16 anos
Outros equipamentos	16 anos
Veículos	7 anos
Equipamento geral de informática	6 anos
Software	5 anos
Licença de uso	5 anos

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou o atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que esta não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou o emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e os recebíveis significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

f. Intangível

(i) Ativo intangível

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que possuem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

g. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido.

Lucro real

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

Lucro presumido

Calculado com base na presunção de lucro sobre a receita bruta, nas alíquotas de 8% para geração de energia. Sobre a presunção de lucros, aplica-se as mesmas alíquotas do lucro real, sendo elas: 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (Base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

h. Receita operacional

Receita operacional A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos e dos eventuais descontos e contribuições incidentes sobre a mesma. A receita de venda de energia e serviços é reconhecida quando: (i) é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluam para a Companhia; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; (iv) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; (v) e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida. A receita compreende o valor pela venda de energia elétrica.

i. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e custos de empréstimo e debêntures que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

j. Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. Espera-se que as seguintes normas não tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial.

(i) Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. Entretanto, a Companhia não efetuou a adoção antecipada.

4 Caixas, equivalentes de caixa e fundos vinculados

a. Caixa e equivalentes

	Controladora		Consolidado	
	31/05/2018	31/05/2017 (não auditado)	31/05/2018	31/05/2017 (não auditado)
Bancos	2	6	44	98
Aplicações financeiras (a)	1	2.104	539	15.376
Total	3	2.110	583	15.474

(a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários, junto ao, Santander, Citibank e Pine com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com taxa de 65% Compromissada referente as aplicações do Santander, taxa de 98 % CDI para as aplicações do Banco Pine e taxa de 97 % CDI para as aplicações do Citibank.

b. Fundos vinculados

Há ainda os valores aplicados em fundos vinculados que fazem parte dos acordos firmados nos contratos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Reserva da Dívida e Reserva de O&M), em que é exigido pelo Banco financiador que sejam mantidas três parcelas atualizadas referentes ao valor da última amortização e ¼ do

valor anual a pagar referente aos contratos de Operação e Manutenção. Esses fundos estão classificados no ativo não circulante.

	Consolidado	
	31/05/2018	31/05/2017 (não auditado)
Reserva especial	19.494	-
Centralizadora	11.734	-
Reserva O&M (1/4)	1.272	5.528
Reserva de dívida BNDES (3x)	19.819	17.384
Total	52.319	22.912

5 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/05/2018	31/05/2017 (não auditado)	31/05/2018	31/05/2017 (não auditado)
IR sobre aplicação financeira	20	13	40	36
IRRF a recuperar	-	-	2.337	198
CSLL a recuperar	-	-	521	164
PIS a recuperar	-	-	249	265
COFINS a recuperar	-	-	1.192	1.220
INSS terceiros a recuperar	-	-	3	-
CSRF a recuperar	-	-	8	8
Saldo negativo IRPJ	489	468	489	997
ICMS - Diferencial de alíquota e a recuperar	-	-	20	27
	509	481	4.859	2.915

6 Contas a receber

O montante de R\$10.334, refere-se a energia gerada no mês de maio de 2018, as quais serão faturadas em junho de 2018.

	Consolidado	
	31/05/2018	31/05/2017 (não auditado)
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	15	14.276
Amazonas Distribuidora de Energia S/A.	3.916	-
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A	2.265	-
Companhia Energética de Alagoas	1.908	-
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba	596	-
Centrais Elétricas do Pará S/A	477	23
Companhia Piratininga de Força e Luz	439	2
Outras contas a receber	718	-
Total	10.334	14.301

7 Despesas pagas antecipadamente

	Controladora		Consolidado	
	31/05/2018	31/05/2017 (não auditado)	31/05/2018	31/05/2017 (não auditado)
Prêmios de seguros	82	-	338	-
Fianças bancárias (a)	-	-	6.786	-
	82	-	7.124	-

- (a) As fianças bancárias são tomadas junto a instituições financeiras como garantias às obrigações assumidas pela Companhia e suas controladas perante os debenturistas e BNDES.

8 Investimentos

	31/05/2018	31/05/2017 (não auditado)
Investimento (a)	265.625	267.735
Ágio em investidas (*)	2.808	2.808
Total	268.433	270.543

(*) O valor apresentado na rubrica no Balanço Patrimonial é de R\$2.808 em 2018 (2.808 em 2017).

a. Investimento

A Companhia possui investimentos em empresas eólicas realizados através de aportes de capital, abaixo estão relacionados os investimentos nas controladas:

31/05/2018					
Companhia	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do período	Investimento	Equivalência
Formoso	100%	50.617	(1.480)	50.617	(1.480)
Tianguá Norte	100%	50.749	(6.994)	50.749	(6.994)
Tiangua	100%	63.536	149	63.536	149
Morro do Chapéu	100%	50.860	(3.205)	50.860	3.205
Parazinho	100%	49.863	(2.555)	49.863	(2.555)
				265.625	(14.085)

31/05/2017 (Não auditado)

Companhia	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do período	Investimento	Equivalência
Formoso	100%	49.655	(4.936)	49.655	(4.936)
Tianguá Norte	100%	53.414	(7.811)	53.414	(7.811)
Tianguá	100%	61.637	(1.894)	61.637	(1.894)
Morro do Chapéu	100%	51.600	(6.513)	51.600	(6.513)
Parazinho	100%	51.429	(7.392)	51.429	(7.392)
				267.735	(28.546)

Movimentação dos investimentos

2018

Investidas	01/06/2017 (não auditado)	Aumento	Resultado de equivalência patrimonial	31/05/2018
Formoso	49.655	2.442	(1.480)	50.617
Tianguá Norte	53.414	4.329	(6.994)	50.749
Tianguá	61.637	1.750	149	63.536
Morro do Chapéu	51.600	2.465	3.205	50.860
Parazinho	51.429	989	(2.555)	49.863
Total líquido investido	267.735	11.975	(14.085)	265.625

2017

Investidas	01/06/2016 (não auditado)	Aumento	Resultado de equivalência patrimonial	31/05/2017 (não auditado)
Formoso	33.247	21.343	(4.936)	49.655
Tianguá Norte	33.709	27.516	(7.811)	53.414
Tianguá	38.163	25.367	(1.894)	61.637
Morro do Chapéu	36.617	21.496	(6.513)	51.600
Parazinho	26.507	32.315	(7.392)	51.429
Total líquido investido	168.244	128.037	(28.546)	267.735

9 Imobilizado

Composição do imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	Consolidado			31/05/2017
	31/05/2018			(não auditado)
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	39.462	(617)	38.845	7
Aerogerador Pás	204.055	(2.042)	202.013	-
Aerogerador Gerador	30.125	(376)	29.749	-
Aerogerador Nacelle	160.509	(1.607)	158.902	-
Aerogerador Torre	353.880	(57.002)	296.878	-
Benfeitorias	14.267	(1.240)	13.027	-
Móveis e utensílios	94	(8)	86	47
Compensação ambiental	1.439	-	1.439	3.563
Equipamentos e processamento de dados	33	(4)	29	13
Linhas de transmissão em serviço	254	(16)	238	1.348
Torres de geração de energia eólica	-	-	-	523.223
Obras civis em serviço	-	-	-	244.779
Total	804.118	(62.912)	741.206	772.980

Movimentação do imobilizado

Consolidado	Saldo em 01/06/2017 (não auditado)	Adições	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/05/2018
Aerogeradores pás	-	-	204.054	(2.041)	202.013
Aerogerador gerador	-	-	30.126	(377)	29.749
Aerogerador nacelle	-	-	160.507	(1.605)	158.902
Aerogerador torre	-	5.334	294.439	(2.895)	296.878
Benfeitorias	-	-	13.350	(323)	13.027
Móveis e utensílios	47	-	44	(5)	86
Equipamentos e processamento de dados	13	3	14	(2)	28
Máquinas e equipamentos	7	-	39.455	(617)	38.845
Compensação ambiental	3.563	-	(2.124)	-	1.439
Linhas de transmissões	1.348	-	(1.059)	(51)	238
Torres de geração de energia elétrica	523.223	-	(502.926)	(20.296)	1
Outras imobilizações em andamento	244.779	-	(235.880)	(8.899)	-
Total	772.980	5.337	-	(37.111)	741.206

Consolidado	Saldo em 01/06/2016 (não auditado)	Adições	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/05/2017 (não auditado)
Móveis e utensílios	29	21	-	(3)	47
Equipamentos e processamento de dados	10	4	-	(1)	13
Máquinas e equipamentos	-	7	-	-	7
Compensação ambiental	-	3.563	-	-	3.563
Linhas de transmissões	1.220	173	-	(45)	1.348
Torres de geração de energia elétrica	519.090	22.171	-	(18.038)	523.223
Obras civis	203.412	49.081	-	(7.714)	244.779
Total	723.761	75.020	-	(25.801)	772.980

10 Debêntures

Em 10 de fevereiro de 2017, ocorreu o desembolso integral referente ao contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº16.2.0752.1, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e as SPE do Grupo, firmado em 19 de janeiro de 2017, no valor total R\$ 545.000. Com os recursos liberados foram quitadas as debêntures das SPE e emitidas novas debentures pela controladora.

As debêntures estão classificadas no passivo não circulante, pois a primeira parcela de amortização do principal ocorrerá em 15 de julho de 2020 e o vencimento final em 15 de julho de 2028.

		<u>Controladora e Consolidado</u>	
	Taxa de juros	31/05/2018	31/05/2017 (não auditado)
Debêntures (a)	IPCA + 9% a.a.	50.534	45.266
		50.534	45.266
Emissão debêntures		45.000	45.000
Juros		5.534	266

Abaixo são apresentadas as movimentações em debêntures

	Debentures 1ª Serie
Emissão em 19 de janeiro de 2017	45.000
Juros incorporados a dívida	266
Saldo em 31 de maio de 2017 (não auditado)	45.266
Juros incorporados a dívida	5.268
Saldo em 31 de maio de 2018	50.534

- (a) Garantias: (i) cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes ou relacionados, incluindo, sem limitar, os direitos creditórios, direitos emergentes, de todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrentes das autorizações das SPE e dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e quaisquer outros contratos de compra e venda de energia das SPE; (ii) alienação fiduciária da totalidade do capital social das SPE e da Companhia ("Alienação Fiduciária de Ações"); (iii) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos dos projetos detidos pelas SPE; e (iv) além de fiança da Echo Holding 1 S.A. (nova denominação da Casa dos Ventos Holding S.A.), da Companhia, das demais controladas.

Covenants

A Companhia emitiu debêntures com cláusulas restritivas de determinadas condições a serem observadas, tal como:

- (a) Descumprimento da destinação dos recursos obtidos por meio da captação de recursos efetuada;

- (b) Inadimplemento ou vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação pecuniária com instituição financeira por parte do emissor e seus intervenientes;
- (c) Rescisão, resilição voluntária ou involuntária de qualquer dos contratos do projeto;
- (d) Não cumprimento de qualquer decisão final judicial, arbitral ou administrativa ou sentença judicial transitado em julgado pelo emissor e seus intervenientes;
- (e) Transferência a terceiros dos direitos e obrigações do emissor e seus intervenientes, sem a prévia concordância escrita de debenturistas;
- (f) Mudança ou alteração no objeto social da emissora e suas intervenientes de forma a alterar suas atividades principais;
- (g) Não manutenção da escritura de emissão até o cumprimento integral das obrigações garantidas, os instrumentos de garantia, o contrato de depósito e administração de contas e fianças;
- (h) Caso a emissora e os intervenientes realizem sem o aviso prévio e consentimento dos debenturistas: i) contratação de empréstimos e mútuos ou outras formas de endividamento; ii) realize transações com qualquer pessoa ou entidade relacionada, direta ou indiretamente à emissora e a São Jorge.
- (i) Caso a emissora e suas intervenientes realizem novos investimentos ou assumam compromissos de investimentos além dos investimentos necessários para a construção e implementação do projeto;
- (j) Distribuir qualquer tipo de remuneração na forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio aos seus acionistas;
- (k) Celebração de aditamentos e/ou alterações dos contratos do projeto (exceto com relação aos CCEAR) que gerem aumento individual ou agregado superior a R\$ 14.000;
- (l) Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, consolidado apurado anualmente, igual ou superior a 1,3 vezes, os quais foram atendidos.

O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. A Companhia e suas controladas vêm cumprindo todas as condições do contrato.

11 Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros	Consolidado	
		31/05/2018	31/05/2017 (não auditado)
Financiamentos (a)	2,88% a.a. + TJLP	<u>519.710</u>	<u>542.263</u>
		<u>519.710</u>	<u>542.263</u>
Circulante		28.690	25.561
Não circulante		491.020	516.702

A movimentação dos empréstimos ocorreu da seguinte forma:

Captação de empréstimos	545.000
Juros incorporados a dívida	15.998
Incorporação de custo de captação	(19.409)
Custo de captação incorrido	<u>674</u>
Saldo em 31 de maio de 2017 (não auditado)	<u>542.263</u>
Juros pagos	(47.256)
Amortização do principal	(35.118)
Juros incorporados a dívida	50.935
Custo de captação incorrido	<u>8.886</u>
Saldo em 31 de maio de 2018	<u>519.710</u>

- (a) Abertura de crédito nº16.2.0752.1, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e as SPE do Grupo, firmado em 19 de janeiro de 2017, no valor total R\$ 545.000.

Covenants

A Companhia contratou financiamento e fianças bancárias com cláusulas restritivas de determinadas condições a serem observadas, tais como, sem limitação:

- (a) Inexistência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, por qualquer das beneficiárias, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;
- (b) Inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social de qualquer das beneficiárias ou das empresas que a controlam de dispositivos que importe em restrições ou prejuízos à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;
- (c) Constituição, sem prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto;
- (d) A não renovação, cancelamento, revogação, intervenção, extinção ou suspensão, por mais de 30 (trinta) dias, das autorizações e das licenças, inclusive as ambientais e as concedidas pelo MME e pela ANEEL, exigidas para construir, operar e manter o projeto;
- (e) Modificação do controle efetivo, direto e indireto, de qualquer das beneficiárias, sem prévia e expressa anuência do BNDES; e
- (f) Alteração da finalidade e escopo do projeto sem prévia anuência, por escrito, do BNDES;
- (g) Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, consolidado da controladora Ventos de São Jorge Holding apurado anualmente, igual ou superior a 1,3 vezes, exigidos a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. A Companhia vem cumprindo os *covenants*.

12 Obrigações tributárias

	Controladora	Consolidado	
	31/05/2017 (não auditado)	31/05/2018	31/05/2017 (não auditado)
IRPJ apuração	-	188	358
CSLL apuração	-	124	302
PIS a pagar	-	32	41
COFINS a pagar	-	373	190
IRRF - Terceiros pessoa jurídica	3	-	10
COFINS sobre o faturamento	1	-	-
CSRF a recolher	6	78	11
ICMS a recolher	-	-	34
ICMS diferencial de alíquota	-	3.437	4.590
ISS retenção	-	24	23
INSS a recolher	-	46	-
FGTS a recolher	-	-	9
IRRF a recolher	-	13	-
Total	10	4.315	5.568

13 Provisão para passivo ambiental

A constituição de provisão ambiental está constituída de acordo com a determinação do órgão ambiental do Governo do Estado do Ceará e tem contrapartida no imobilizado.

14 Provisão para ressarcimento

	31/05/2018	31/05/2017 (não auditado)
Provisão para ressarcimento (a)	20.497	9.870
Circulante	7.285	3.897
Não circulante	13.212	5.973

- (a) Valores provenientes de contratos de geração de energia elétrica firmados com clientes, onde existem cláusulas que obrigam a Companhia, no caso de geração de energia elétrica abaixo do contratado, a restituir os respectivos valores aos clientes.

15 Patrimônio líquido

O capital social subscrito é de R\$ 300.000 em 31 de maio de 2018 (R\$ 267.342 em 31 de maio 2017, não auditado) e está representado por 300.000 em ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (267.342 em 31 de maio de 2017, não auditado).

Durante o período findo em 31 de maio de 2018 foi integralizado o montante de R\$10.017, dessa forma em 31 de maio de 2018 o capital social é de R\$ 277.359 (R\$267.342 em 31 de maio de 2017, não auditado).

16 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes do exercício de 2018, foi de R\$ 3.405 para o imposto de renda e R\$ 1.768 para a contribuição social.

	Consolidado			
	31/05/2018		31/05/2017 (Não auditado)	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Receitas de operações com energia elétrica	118.422	118.422	89.845	89.845
Alíquota de presunção	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido	9.474	14.211	7.188	10.781
Demais receitas	2.996	3.848	(1.760)	(1.789)
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Corrente	(3.117)	(1.625)	(1.357)	(809)

17 Receitas operacionais

As controladas iniciaram suas operações em setembro de 2016 e portanto, passaram a registrar receitas a partir desse mês.

	Consolidado	
	31/05/2018	31/05/2017 (não auditado)
Receita bruta	124.260	84.007
Energia elétrica - Geração própria	127.763	93.877
Energia elétrica - Revenda	7.633	-
Provisão de ressarcimento (a)	(11.136)	(9.870)
Deduções da receita	(4.772)	(3.234)
PIS	(843)	(567)
COFINS	(3.929)	(2.611)
ICMS	-	(56)
Total	119.488	80.773

- (a) A geração de energia dos parques eólicos foi inferior ao volume previsto no contrato de venda de energia no ambiente regulado CCEAR, devido à ocorrência de ventos abaixo da média histórica prevista neste exercício. Devido ao fato supracitado a Companhia constituiu uma provisão com base nas obrigações que a mesma possui junto a CCEAR, a qual será liquidada nos exercícios subsequentes.

18 Custos operacionais

	Consolidado	
	31/05/2018	31/05/2017 (não auditado)
Encargos de transmissão e conexão	(5.909)	(4.541)
Compra de energia	(3.588)	-
Depreciação e amortização	(37.111)	(25.801)
Arrendamento e aluguéis	(444)	(13)
Despesa com manutenção	(3.615)	(621)
Engenharia e gestão de processos O&M GE	(1.743)	-
Seguros	(896)	(501)
Compartilhamento de custos	(1.266)	-
Serviços de terceiros	(1.393)	(1.407)
Custo com pessoal	(961)	(998)
Outros custos	(1)	(549)
Total	(56.927)	(34.431)

19 Despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/05/2018	31/05/2017 (não auditado)	31/05/2018	31/05/2017 (não auditado)
Serviços prestados pessoa jurídica	(13)	(277)	(410)	(354)
Serviços de consultoria	-	-	(23)	-
Viagens, diárias e ajuda de custo	-	(9)	(6)	(189)
Tributos	(10)	(20)	(48)	(180)
Compartilhamento de despesa	-	(165)	(694)	(3.238)
Despesa com manutenção	(15)	-	-	(1.640)
Despesas legais, judiciais e publicações	(49)	(102)	(226)	(560)
Taxas e emolumentos	-	(9)	(485)	(963)
Cartório	-	(56)	(16)	(84)
Material	-	-	(1)	-
Energia elétrica	-	-	(245)	-
Internet	-	-	(22)	(97)
Outras despesas operacionais	(89)	(40)	(595)	(2.717)
Doações	-	-	(21)	-
Total	(176)	(678)	(2.792)	(10.022)

20 Receitas (despesas) financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/05/2018	31/05/2017 (não auditado)	31/05/2018	31/05/2017 (não auditado)
Rendimentos aplicações financeiras	35	312	2.809	2.185
Outras receitas	26	27	74	166
Descontos obtidos	-	-	60	13
Total das receitas financeiras	61	339	2.943	2.364
Juros pagos	(1)	(4)	(467)	(5.028)
Tarifas bancárias	(7)	(10)	(132)	(85)
IOF	-	-	(3)	(10.106)
Multas	(1)	(11)	-	(40)
Juros BNDES	-	-	(50.935)	(15.998)
Juros, comissões e outras despesas financeiras	(33)	(266)	(21.026)	(940)
Juros sobre debêntures	(5.268)	(266)	(5.268)	(33.815)
Total despesas financeiras	(5.310)	(557)	(77.831)	(66.012)
Despesas (receitas) financeiras líquidas	(5.249)	(218)	(74.888)	(63.648)

21 Provisões para demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extras judiciais.

22 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de passivos e resultado em 31 de maio de 2018 e 2017, bem como as transações que influenciaram os resultados dos períodos, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

	Consolidado	
	31/05/2018	31/05/2017 (não auditado)
Passivo		
EchoEnergia Participações S.A. (a)	855	136
Total	855	136
Resultado		
Compartilhamento de custos e despesas (a)	1.431	3.238
Total	1.431	3.238

(a) A Companhia possui custos, despesas e contas a pagar referente a compartilhamentos de despesas e custos entre as Empresas do Grupo Echoenergia Participações S.A.

Remuneração dos administradores

Nos períodos de doze meses findos em 31 de maio de 2018 e 2017, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora Echoenergia Participações S.A.

23 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31/05/2018		31/05/2018	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixas e equivalentes de caixa	3	3	583	583
Fundos vinculados	-	-	52.319	52.319
Fornecedores	133	133	2.097	2.097
Debêntures	50.534	50.534	50.534	50.534
Financiamentos	-	-	519.710	519.710
Total	50.670	50.670	625.243	625.243

	Controladora		Consolidado	
	31/05/2017 (Não auditado)		2017 (Não auditado)	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixas e equivalentes de caixa	2.110	2.110	15.474	15.474
Fundos vinculados	-	-	22.912	22.912
Fornecedores	16	16	891	891
Debêntures	45.266	45.266	45.266	45.266
Financiamentos	-	-	542.263	542.263
Total	47.392	47.392	626.806	626.806

b. Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	31/05/2018				
	Controladora				
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	133	133	-	-	-
Debêntures	50.534	-	12.633	18.950	18.950
Total	50.667	133	12.633	18.950	18.950

31/05/2018					
Consolidado					
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	2.097	2.097	-	-	-
Debêntures	50.534	-	12.633	18.950	18.950
Financiamentos	519.710	25.561	51.122	127.805	315.222
Total	572.341	27.658	63.755	146.755	334.172

31/05/2017 (não auditado)					
Controladora					
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	16	16	-	-	-
Debêntures	45.266	-	11.316	16.975	16.975
	<u>45.282</u>	<u>16</u>	<u>11.316</u>	<u>16.975</u>	<u>16.975</u>

31/05/2017 (não auditado)					
Consolidado					
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	891	891	-	-	-
Debêntures	45.266	-	11.316	16.975	16.975
Financiamentos	542.263	25.561	51.122	127.805	337.775
Total	588.420	26.452	62.438	144.780	334.750

c. Instrumentos financeiros por categoria

	31/05/2018		31/05/2017 (não auditado)	
	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado
Ativos financeiros				
<i>Controladora</i>				
Caixas e equivalentes de caixa	2	1	6	2.104
<i>Consolidado</i>				
Caixas e equivalentes de caixa	44	539	98	15.376
Fundos vinculados	-	52.319	-	22.912
Contas a receber	10.334	-	14.301	-
Passivos financeiros				
<i>Controladora</i>				
Fornecedores	133	-	16	-
Debêntures	50.534	-	45.266	-
<i>Consolidado</i>				
Fornecedores	2.097	-	891	-
Debêntures	50.534	-	45.266	-
Financiamentos	519.710	-	542.263	-

24 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) *Risco operacional*

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

(ii) *Risco de crédito*

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui em 31 de maio de 2018 e 2017 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

Os contratos de construção firmados pelas controladas relacionados ao CAPEX (*Capital expenditure*) estão atrelados em moeda nacional e portanto, não há exposição de variação cambial nessas operações.

(iv) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia classifica seus ativos financeiros não derivativos como mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. Os passivos financeiros não derivativos são classificados como passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

a. Análise de sensibilidade

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40, preparou uma análise de sensibilidade dos empréstimos e financiamentos, das debêntures e das aplicações financeiras expostos a riscos da variação de taxas de juros e índices flutuantes.

O cenário-base provável para 31 de maio de 2018 definido por meio destas expectativas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil):

Variação das taxas de juros e índices	Variação	Cenário provável	Sensibilidade		
	31/05/2018	31/05/2019	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices					
TJLP *	6,6%	6,7%	(0,01 p.p.)	1,7 p.p.	3,4 p.p.
IPCA	2,9%	4,4%	1,5 p.p.	1,1 p.p.	2,2 p.p.
Risco de redução das taxas de juros e índices					
CDI **	7,7%	7,1%	(0,6 p.p.)	1,8 p.p.	3,6 p.p.

* Taxa de juros de longo prazo

** Certificado de depósito interbancário

A sensibilidade foi calculada com base no cenário provável dos próximos 12 meses a findar em 31 de maio de 2019, e, demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As variações que poderão impactar o resultado consolidado, e, conseqüentemente, o patrimônio líquido nos próximos 12 meses em comparação aos últimos 12 meses, caso tais cenários se materializem, são estas:

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em 31/05/2018	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Debêntures	IPCA	50.534	2.213	2.779	3.335
Empréstimos e financiamentos	TJLP	530.648	35.553	44.442	53.330
		581.182	37.777	47.221	56.335
Risco de redução (ativo)					
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI	52.858	3.769	4.711	5.653

* * *